

A TORTURA EM PRESOS POLÍTICOS E O APARATO REPRESSIVO MILITAR*

Elisabete Fernandes Basílio Tamas**

A imposição do Ato Institucional nº 5 significou, efetivamente, o retorno da “operação limpeza” ocorrida entre abril e junho de 1964, quando ocorreram inúmeras demissões, exonerações, cassações, prisões, torturas e mortes em nome da conservação da democracia, da contenção do perigo do comunismo e da manutenção da segurança nacional. O Ato Institucional promulgado pela Junta Militar, no início de abril de 1964, propiciou ao presidente Castelo Branco plenos poderes de ação, anulando a legislação vigente por dois meses.

O ano de 1968 foi marcado por muitas manifestações populares. O contexto mundial era o da Guerra Fria, e o nacional, o de contestação da continuidade do controle do país pelos militares. Grupos armados de esquerda se formavam, defendendo a revolução socialista. Eram pequenas células que intensificavam suas ações para obtenção de recursos financeiros que se destinavam à compra de armas e ao treinamento dos seus integrantes. Em dezembro, os militares mais radicais conseguiram a aprovação do AI-5 e o Brasil retornava ao regime de exceção – mas, agora, por tempo indeterminado. Nos meses seguintes, a censura prévia e a autocensura nos meios de comunicação atingiram dimensões inesperadas, ao mesmo tempo em que a propaganda de governo foi usada de forma mais ostensiva.

Muitas pessoas não aceitavam esta imposição do silêncio à sociedade, efetivada violentamente pelos governantes, e engrossaram as organizações armadas que objetivavam tirar os militares do comando do país.

As instituições de repressão não estavam preparadas para a reação armada dos grupos de esquerda. A organização das informações existente nos primeiros anos da ditadura militar mostrou-se ineficaz para o controle da sociedade brasileira após 1968. A luta armada deflagrada por diversos grupos trouxe à tona as fragilidades deste sistema: morosi-

dade e falta de integração nacional das informações. As ações das organizações de esquerda materializaram-se em inúmeros assaltos, principalmente a bancos. As ações militarizadas, identificadas como guerrilha urbana, multiplicaram-se e a reorganização do aparato repressivo passou à ordem do dia.

Em São Paulo, a título emergencial e experimental, surgiu a Operação Bandeirante (Oban), em julho de 1969. O delegado Sérgio Paranhos Fleury¹ ganhou grande destaque nessa fase mais repressiva da história recente do país, efetivando uma carreira meteórica por seu “ótimo” desempenho nos quadros da repressão. Considerado um dos homens mais temidos do país, Fleury utilizava a tortura como o principal método para a obtenção de informações.

Em outubro do mesmo ano, Médici assumiu a presidência com o discurso de que o desenvolvimento do país dependia de ações mais incisivas do governo, defendendo, assim, a necessidade do uso dos poderes e instrumentos extraordinários do Executivo para promover a integração de todos os brasileiros aos níveis mínimos de bem-estar, de tranquilidade e de paz. Para intensificar o combate ao inimigo interno, o novo governo passou a sustentar a urgência da implantação da Doutrina de Segurança Nacional, através da criação de novos órgãos de repressão e da reestruturação dos já existentes.

A criação de órgãos oficializando o envolvimento das Forças Armadas em operações policiais não era consenso entre os militares. O auxílio financeiro do empresariado paulista foi decisivo e esta experiência foi realizada de forma extralegal e custeada, em grande parte, por empresas privadas. O financiamento deste órgão de repressão, que se tornou um famoso centro de torturas no Brasil, demonstra que boa parte da elite apoiou a radicalização do autoritarismo dos militares.

Com a criação da Oban, o que estava em discussão não era, simplesmente, mais um órgão ou departamento governamental, mas a reestruturação do pensamento e da ação militar, que incorporava a idéia de que todo indivíduo poderia ser considerado inimigo, um perigo potencial à segurança nacional, até que fosse provado o contrário.

O conceito de segurança que as Forças Armadas vinham empregando para os inimigos externos passou a ser usado para os membros da sociedade brasileira que questionavam o governo militar, identificando-os como inimigos internos. Como a Oban estava subordinada ao II Exército, o envolvimento das Forças Armadas contra a chamada subversão passou a ser, além de ideológico, também operacional.

Na avaliação do governo, a experiência paulista obteve êxito nos objetivos propostos, visto que muitos militantes foram presos ou mortos, e uma nova malha foi criada sobre a já existente. Os que se opunham a essas medidas não tiveram mais espaço para discussões. Segundo a jornalista Ana Lagôa, o país foi dividido em quatro Exércitos e dois comandos

regionais e cada uma das Forças Armadas passou a ter um órgão centralizador de informações: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar).

Embora o Cenimar já existisse desde 1964, e o CIE desde 1967, foi em 1970 que receberam atribuições mais importantes dentro do aparato repressivo. Coube ao CIE, tido como o mais importante dos órgãos de informações, coordenar uma rede de Centros de Operações de Defesa Interna (Codi), e estes, uma rede de Destacamentos de Operações Internas (DOI).² Assim, cada Exército tinha um Codi, comandado pelo chefe do Estado-Maior, e cada Codi tinha um ou mais DOI.

Teoricamente, os DOIs, a partir das informações conseguidas pelo Cenimar, pela Cisa e centralizadas pelo CIE, tinham a função de efetuar prisões e fazer interrogatórios, a fim de obter mais dados no menor tempo possível. Estes eram repassados ao Codi, a que estavam subordinados os DOI, e o Centro poderia, em momentos de necessidade, reunir todas as chefias civis e militares das três armas para ações conjuntas, designando as funções de cada órgão naquela determinada operação. Assim, a Oban paulista, que tinha servido como experiência-piloto, foi extinta e os DOIs passaram a existir em todo país.

Além dessa malha repressiva reestruturada e comandada diretamente por militares, foram mantidos os Dops (Departamentos de Ordem Política e Social). Era para este órgão que os presos vindos dos terríveis interrogatórios ocorridos nos DOI eram encaminhados para que fossem registrados seus depoimentos oficiais e iniciado o processo a que responderiam legalmente. Criado em 1924, o Dops exercia a função de coletar, registrar e sistematizar os depoimentos de pessoas presas por causas políticas, e também se encarregava de vigiar e armazenar informações sobre vários acontecimentos, como assembleias em universidades,³ encontros eclesiais,⁴ reuniões em sindicatos,⁵ velórios,⁶ missas e homenagens em intenção de pessoas mortas por agentes da repressão.⁷ Dentre essas informações constavam a quantidade aproximada de pessoas presentes, os nomes das que os espões conseguiam reconhecer, os nomes e resumos das falas das que se destacavam por discursarem e dos comentários gerais feitos por pessoas presentes. A partir destes registros, os chefes do Departamento elaboravam relatórios reunindo todos os dados que pudessem oferecer elementos para incriminar o investigado.

Defendendo a posição de que participavam de uma guerra revolucionária, todos esses órgãos montaram suas equipes de busca e interrogatório, embora tais atividades devessem ser executadas pelos DOI. Isto trouxe rivalidades entre os órgãos, fomentada ainda mais pelas recompensas em dinheiro oferecidas pelos empresários às equipes que efetuassem determinadas prisões.⁸ Como realizavam praticamente as mesmas atividades, um sentimento de disputa tornou-se constante e nem todas as informações que um órgão conseguia compartilhava com os outros.

Na mesma proporção em que os militares se afastavam do diálogo com os vários setores da sociedade que, muito ou pouco, questionavam-nos, mais necessitavam da rigidez hierárquica no interior das Forças Armadas, das instituições militares e da repressão que elas utilizavam. A violência passou a ser vital para esse projeto de nação e o silêncio de toda e qualquer oposição foi obtido pela força.

O aumento da repressão foi acompanhado pelo crescimento da economia brasileira – foi o período conhecido como “milagre brasileiro”. Colhendo os frutos do plano econômico implantado por Roberto Campos no governo Castelo Branco – que promoveu grande arrocho salarial, o fim da estabilidade dos trabalhadores, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e o fim do teto de 10% anuais para as remessas de lucros das empresas multinacionais instaladas no país –, iniciou-se um período de crescimento acelerado da produção industrial.

Recebendo grandes somas de empréstimos e de investimentos feitos pelo Estado e por empresas norte-americanas, respectivamente, o governo Médici promoveu um grande aumento no número de empregos oferecidos aos trabalhadores no início dos anos 70, ao mesmo tempo em que muitos bens de consumo, como eletrodomésticos e automóveis, passaram a ser mais acessíveis à classe média e aos trabalhadores com maior especialização. Era daí que o governo esperava receber a legitimação de seu governo.

Em seus discursos à nação, Médici apontava a importância da intervenção militar para a garantia da democracia no país,⁹ ressaltando que essa aceleração da economia brasileira estava ameaçada pela insegurança promovida pelos “maus brasileiros” que estavam seguindo uma orientação vinda do exterior e que não condizia com a índole pacífica do povo brasileiro.¹⁰ Fazia, então, um apelo aos “bons brasileiros” e às famílias, no sentido de ajudarem o governo a enfrentar a onda de “terrorismo” que estava assolando o país, denunciando aqueles que estavam impedindo o avanço político e econômico pretendido pelos militares.¹¹

A busca da legitimidade foi constante em todos os governos militares, e inclusive foi isso que tornou tão importante a troca de presidentes. A preocupação com a licitude de suas ações também pode ser observada nas várias mudanças na legislação: fizeram uma nova Constituição em 1967, uma Emenda Constitucional em 1969 e assinaram Atos Institucionais ao longo dos 21 anos do regime. Os militares criaram leis que lhes davam poderes extraídos de outros segmentos sociais e, assim, diziam-se cumpridores da legislação vigente, embora várias denúncias comprovem que muitas dessas leis não foram obedecidas.

O governo também buscava um maior contato com a população através da intensificação da propaganda de governo. A ativação dessa propaganda (que enaltecia o cresci-

mento do país, promovendo a idéia de que o Brasil estava superando o subdesenvolvimento) ocorreu simultaneamente à censura imposta aos meios de comunicação.

As grandes empresas de comunicação apoiaram o golpe de 1964, mas a radicalização dos militares acabou com o consenso. Após o AI-5, todos os meios de comunicação passaram a ser ainda mais vigiados. Alguns, por suas próprias convicções ou pelas vantagens econômicas de estarem aliados ao governo, não sofreram grandes interferências. Outros, embora tenham apoiado o golpe, não amparavam a permanência dos militares no comando da nação por tempo indeterminado e tiveram de conviver com censores do governo em suas redações.

Assim como as denúncias de torturas, mortes e desaparecimentos de presos políticos feitas por setores da sociedade, a da própria censura era proibida. As publicações não podiam informar que estavam sendo censuradas e, de fato, a censura em si era um dos temas mais censurados¹² e mesmo os meios de comunicação que não sofriam a censura prévia praticavam a autocensura.

O trio “milagre brasileiro”, propaganda de governo e censura funcionou bem por algum tempo no Brasil, porém, no exterior, as notícias mais correntes eram sobre as arbitrariedades cometidas pelo governo e as torturas sofridas pelos presos políticos.

Tanto o presidente quanto os membros do alto escalão do governo deram declarações à imprensa afirmando que, no Brasil, havia o respeito às leis do país e que a realidade era bem diferente daquela apresentada no exterior, “sem torturas, sem perseguições políticas e com pleno respeito à dignidade do homem”.¹³ Contestando as denúncias feitas no exterior sobre a violência promovida pelo Estado contra os cidadãos e refutando a existência de *livros negros* nas redações de jornais e revistas (nos quais eram anotados os assuntos que não poderiam ser publicados), o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, declarou que seria elaborado um “livro branco” em que o governo brasileiro responderia a todas as acusações feitas pela imprensa estrangeira.¹⁴

Defendendo o princípio de que os exilados políticos eram os responsáveis pelas campanhas contra o governo brasileiro, os militares tentavam desqualificar as denúncias de torturas – que, proibidas no Brasil, eram espalhadas por organizações internacionais de defesa dos direitos humanos. Representantes do governo diziam que os exilados prepararam um complô com a imprensa internacional e alguns setores internos, como os “padres de passeata”,¹⁵ com a intenção de desestabilizar o país. A propaganda de governo e a censura, tentáculos do aparato repressivo, alcançavam todo o território nacional, mas, fora do país, convertiam-se em mais elementos para denúncias.

A censura e o apoio de grandes empresas de comunicação ao governo foram decisivos para endossar as falsas versões apresentadas à população para ocultar as torturas

empregadas nos órgãos de repressão. Os casos que vieram à tona e se tornaram notícia foram tratados como ações de “perigosos terroristas” contidas pelos “competentes” agentes dos órgãos que estavam sob o comando do Estado. As versões oficiais propiciavam a interpretação das medidas repressivas como mantenedoras das instituições existentes e da paz social, e não do combate autoritário a todos os que questionavam o regime militar.

As ações violentas dos órgãos de repressão que se tornaram públicas foram justificadas pela “necessidade” de contenção da *guerra revolucionária* que, na visão dos governantes, estava em curso e se formara para perturbar a ordem existente e a vocação pacífica do povo brasileiro.

As punições não ocorreram, porém, apenas aos integrantes de organizações armadas de esquerda. A prática da tortura se disseminou nos órgãos de repressão como método de obtenção de informações para todas as pessoas suspeitas de qualquer relação com os chamados “subversivos”. Vários membros de instituições governamentais foram à Inglaterra e aos Estados Unidos para aprender a (sem deixar muitas marcas) causar desespero e dores insuportáveis em presos. Estes “especialistas” colaboraram para a instalação de verdadeiros centros de torturas dentro de algumas dependências dos órgãos repressivos, em casas e sítios clandestinos mantidos pelo governo ou por empresários.

A aplicação dos suplícios tinha duas finalidades: obter informações rapidamente, para que novas prisões fossem efetuadas, e conseguir confissões. Considerando a auto-incriminação uma das provas mais importantes para os processos, os agentes do aparato repressivo aplicavam muitos métodos de torturas, obrigando os presos a falar o que sabiam e a assinar depoimentos que, em grande parte, não correspondiam ao que eles haviam dito, forçando-os a assumir delações que não haviam feito. Esses depoimentos eram mostrados em interrogatórios a outros integrantes da mesma organização, para desestabilizar emocionalmente os interrogados, fazendo-os ter menos resistência às sessões de torturas a que, invariavelmente, eram submetidos.

A polícia política ganhou o *status* acima da lei e a idéia de que os fins justificavam os meios tornou-se corriqueira nos órgãos de repressão. Várias equipes foram montadas para eliminar quem incomodava (de armas na mão ou não), criar provas e apresentar versões legais para os fatos. Estes atos eram ilegais, pois nem pela legislação feita pelos militares os agentes poderiam ter tantos poderes. As ações dos policiais civis e militares que investigavam, prendiam, interrogavam, torturavam e criavam as versões para os assassinatos (ocorridos nas dependências dos órgãos públicos ou lugares clandestinos mantidos por eles) não estavam descoladas das orientações recebidas dos comandantes desses órgãos.

As falsas versões eram, geralmente, mal montadas. Os principais motivos para tantos erros posteriormente constatados nos processos de presos políticos foram o apoio que os

agentes recebiam de seus superiores e a certeza da impunidade. O caso Wladimir Herzog foi o primeiro em que o Estado foi obrigado a reconhecer a responsabilidade pela morte de um preso político. Através de um processo em que foram analisados os erros contidos na versão oficial, Clarisse, viúva de Herzog, conseguiu desmascarar oficialmente a farsa montada pelo II Exército para encobrir o assassinato de seu marido. Os comandantes militares, através de leis como a da Anistia, tiveram a intenção de perpetuar a impunidade desses agentes.

A violência institucionalizada pelo Estado através da malha repressiva criada a partir de 1968 foi justificada pela luta armada, deflagrada por alguns grupos mais radicais de oposição – porém, a partir de 1972, a maior parte destas organizações não tinha mais poder de fogo. Muitos de seus integrantes e quase todos os seus líderes estavam exilados, presos, mortos ou “desaparecidos”. Os remanescentes não conseguiam mais manter as articulações entre os seus companheiros nem promover ações para captar recursos, tornando cada vez mais difícil a vida na clandestinidade. Os relatórios feitos neste período pelo Dops comprovam que os órgãos de repressão tinham plena ciência disto. Apenas o PC do B, com a Guerrilha do Araguaia, conseguiu impor resistência armada entre 1972 e 1974.

Apesar dessa constatação, o aparato repressivo continuava a todo vapor, pois o que mais colaborou para o seu surgimento foi a guinada à direita que os militares deram durante os governos Costa e Silva e Médici. Com esta afirmação, não se pretende minimizar a luta armada no Brasil, mas resgatá-la como o segmento social que fez oposição aos governos militares de forma mais contundente, obrigando-os a mostrar a violência que eram capazes de aplicar aos seus opositores. A institucionalização da tortura como método de obtenção de informações e de confissões fez parte de um projeto político defendido pelos militares da linha-dura que, em determinado momento, conseguiram impor a Doutrina de Segurança Nacional como eixo de condução política ante outras propostas existentes, inclusive entre os militares.

A chegada de Ernesto Geisel ao Palácio do Planalto significou o fim da hegemonia da linha-dura. A proposta de Geisel era uma abertura política lenta e segura. A devolução dos altos cargos públicos aos civis e a volta aos quartéis foi defendida pelo novo presidente, porém só se realizariam quando os militares considerassem a oposição controlada e disposta a não interromper a proposta desenvolvimentista que havia sido o motivo da tomada do poder em 1964.

O processo de abertura não foi tranquilo. Os desentendimentos entre os grupos militares que tinham diferentes propostas, somados às pressões vindas da sociedade civil, afloraram os interesses antagônicos que estavam em jogo. A linha-dura tentava manter uma con-

tinuidade do controle extremamente centralizado e autoritário das instituições políticas e da sociedade, os moderados defendiam a abertura lenta e segura, enquanto o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) se firmava como partido de oposição e lutava por uma abertura política imediata, aglutinando vários segmentos sociais que questionavam a ditadura militar. O resultado foi um processo de distensão repleto de avanços e recuos.

Um dos grandes obstáculos enfrentados por Geisel foi a malha repressiva existente quando assumiu a Presidência da República. A maior parte dos agentes que trabalhava na repressão não queria perder os cargos e poderes alcançados nos anos anteriores e, muito menos, assumir a responsabilidade pelos abusos cometidos, que se tornavam cada vez mais visíveis, através das denúncias feitas por movimentos de familiares de presos políticos, pela ala progressista da Igreja Católica e pela imprensa – visto que, a partir de 1975, a censura foi se tornando cada vez mais branda.

Com o fim da luta armada, os órgãos de repressão precisavam encontrar novos alvos, tão “perigosos” quanto os “terroristas”, que representassem a ameaça de outros focos comunistas e justificassem a necessidade de sua existência e a eficácia de seus métodos de atuação. Entre estes novos alvos estava o PCB, que não defendeu a luta armada durante os governos militares.

O projeto de distensão incluía o fim da censura aos meios de comunicação e, apesar de ter sido aplicado de forma bastante lenta, resultou em várias publicações que desagradaram ao governo e transformaram-se em motivo para que os contrários à abertura política pressionassem o presidente a manter a estrutura repressiva.

O presidente sabia que teria de enfrentar o aparato repressivo, porém não optou por seu rápido desmonte. Os militares da linha-dura ainda reuniam um número de pessoas considerável no interior das Forças Armadas e poderiam apostar em uma nova guinada para a extrema-direita, interrompendo o processo de distensão, como realmente tentaram. Além disso, mais interessante do que desativar o aparato repressivo era controlá-lo.

Geisel, assim como os demais militares ligados à ESG, não discordava da importância da existência de órgãos de informação e repressão e nem do uso da tortura para acabar com a oposição mais radical, como afirmou em entrevista aos historiadores Maria Celina D’Araújo e Celso Castro: “Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior!”.¹⁶ Porém, o caráter provisório com que o presidente encarava a intervenção militar proporcionava a certeza de que era impossível manter o poder por muito tempo através da força e do controle extremado.

Além disso, o contexto mundial já não favorecia a existência de ditaduras. A guerra fria não era mais uma grande preocupação, nem o comunismo um perigo iminente. A

pressão externa alicerçou a proposta de abertura defendida pelo governo e, internamente, a exaltação econômica vivida durante o “milagre econômico” chegara ao fim.

O governo Geisel foi marcado pela ambigüidade: defendeu e promoveu a abertura política do país, ao mesmo tempo em que fez uso do aparato repressivo e do AI-5 para controlar rigidamente a oposição (tanto à direita quanto à esquerda).

Como as denúncias de torturas nos porões da ditadura se espalhavam e as farsas criadas para explicar as mortes de presos políticos estavam sendo questionadas, o número de mortes em “atropelamentos”, em “tiroteios em confronto com a polícia” e em “tentativas de fuga” foram diminuindo, à medida que aumentavam os “desaparecimentos” de pessoas procuradas pela polícia.¹⁷

Embora algumas mudanças tivessem ocorrido desde o início do governo Geisel, no sentido de diminuir o poder do aparato repressivo, continuava o mesmo grau de perversidade, à medida que as mortes eram mascaradas pelos desaparecimentos. Oficialmente, a violência nos órgãos de repressão havia sido bastante reduzida. Esse direcionamento não agradou à linha-dura: a ala mais radical do Exército assumiu uma postura de enfrentamento às ordens do presidente, assassinando três presos políticos em órgãos de repressão e explicando oficialmente tais mortes como suicídio. Para contê-los, Geisel demitiu o comandante do II Exército no início de 1976 e, em outubro de 1977, exonerou o ministro do Exército Sylvio Frota, que vinha questionando suas ações e pretendendo ser o seu sucessor.

O apoio dos militares das três armas à decisão do presidente de afastar Sylvio Frota do governo selou a proposta de distensão, afastando definitivamente a possibilidade de volta da linha-dura ao comando do país. Os órgãos de repressão foram, lentamente, perdendo o poder que haviam alcançado no governo anterior e, conseqüentemente, foram diminuindo as denúncias de prisões e torturas de presos políticos. Porém, o comando do país continuou sob domínio dos militares até 1985.

Embora a linha-dura tivesse efetivamente perdido a hegemonia alcançada em fins dos anos 60 e início dos 70, continuou sendo um segmento que não pode ser desprezado nas análises das forças políticas existentes nas décadas posteriores.

Muitos atentados de pequenas proporções e dois de grandes proporções, como o massacre na Lapa e a bomba no Riocentro, ocorreram no final da década de 70 e início dos anos 80, dando visibilidade à força que esses órgãos ainda tinham e à impunidade de que os seus agentes desfrutavam.

Recebido em novembro/2004; aprovado em dezembro/2004

Notas

* Este texto é um substrato de minha dissertação de mestrado *A tortura e o discurso do poder: um estudo dos registros da repressão e suas formas de representação – 1968-78*. 2002. Dissertação de mestrado em História apresentada à Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, tendo como orientador o Prof. Dr. Maurício Broinizi Pereira.

** Mestre e doutoranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP.

¹ Sobre a vida de Fleury, uma boa referência é: SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo, Globo, 2000. Sobre o envolvimento de Fleury com o esquadrão da morte, pode-se, ainda, citar BICUDO, Helio Pereira. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo, Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, 1976.

² LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 71.

³ Relatório de Observação no campus da USP sobre a morte do estudante Alexandre Vannuchi Leme, ocorrida em 1973. Arquivo do Deops, documento nº 20-C-44-18510.

⁴ Relatórios de Informações sobre curso de atualização teológica ocorrido em Campinas, em maio de 1980, do qual participou Frei Betto. Arquivo do Deops, documentos nº 20-C-44-10800, 20-C-44-10808, 20-C-44-11079 e 80, 20-C-44-11099 e 20-C-44-11101.

⁵ Relatório referente à solenidade de posse da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ocorrida em 15 de agosto de 1981. Arquivo do Deops, documento nº 20-C-44-18762.

⁶ Relatório sobre o velório de Wladimir Herzog, ocorrido em 27 de outubro de 1975, no Hospital Israelita, em São Paulo. Arquivo do Deops, documento nº 30-B-38700.

⁷ Em intenção de Alexandre Vannuchi Leme. Arquivo do Deops, documentos nº 21-Z-14-2253 e 50-C-22-10044. Em intenção de Wladimir Herzog, documentos nº 30-B-38-853, 870, 20-C-44-14192, 21-Z-14-5662, 3914 e 12458.

⁸ BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. 10 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, p. 189.

⁹ MÉDICI, Emílio G. Mensagem lida no rádio e na televisão, 07 out. 1969.

¹⁰ Id. Discurso proferido na Vila Militar, 21 fev. 1970; Aula Inaugural ministrada na Escola Superior de Guerra. Guanabara, 10 mar. 1970; Pronunciamento lido pelo presidente em rede de rádio e televisão, 31 mar. 1971.

¹¹ Id. Discurso de posse, 30 out. 1969; Mensagem transmitida por rádio e TV, 31 dez. 1969; Discurso pronunciado em São Paulo, 25 jan. 1970.

¹² SMITH, Anne-Marrie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2000, p. 96.

¹³ Médici renova desmentido à violência. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. 1, 5 ago. 1970.

¹⁴ Livro branco refutará denúncias de violência, diz ministro Buzaid. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. 6, 4 out. 1970.

¹⁵ Mém de Sá: continuam a distorcer a nossa imagem. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. 4, 20 out. 1970.

¹⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. 3 ed. Rio de Janeiro, FGV, 1997, p. 109.

¹⁷ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *O regime militar*. Tomo I. Projeto Brasil: Nunca Mais, p. 935.